



Organização política no final do século XV. Fonte: IHNCA.

A divisão geográfica e simbólica da Nicarágua nessas duas partes, também acompanhada por diversidades internas, levou a dois processos de colonização distintos, prevalecendo a presença espanhola no Pacífico e a britânica no Caribe. A divisão racial e espacial do território também resulta dessas diferenças, com grande parte da população branca, de ascendência europeia, e mestiça concentrada no Pacífico, assim como as populações indígenas da cultura mesoamericana.³ A cultura representa uma forma de moldar a paisagem nicaraguense, já que o Pacífico tem a maior concentração de áreas rurais e centros urbanos. O Caribe é o lar das populações indígenas Chibcha, negras e afroindígenas com a maior concentração de florestas do país, com base na cultura e cosmovisões desses povos que estabelecem uma relação ancestral com a terra, ligada a uma ética de respeito pela vida dos diferentes seres com os quais compartilham o território. A natureza, entendida como um ser vivo principalmente na prática cotidiana, muito além das lógicas preservacionistas ou vista como um grande centro de recursos a serem extraídos, é um ponto importante que distingue a razão ocidental da Nicarágua e as sociedades humanas que não aderem a esses princípios. A lógica do trabalho remunerado para garantir a alimentação também atravessa essas diferenças em mundos onde a terra e as águas fornecem diretamente sustento e cura sem a intermediação e o controle do estado ou do capital.

Assim, na Nicarágua, muitos mundos coexistem, com essas duas grandes áreas heterogêneas com resistências particulares ao longo dos séculos. No Pacífico, prevalece o Estado-nação e um senso de nacionalismo que teve como seu maior expoente a luta do General Augusto César Sandino contra as intervenções violentas dos Estados Unidos no país em sua busca por uma rota interoceânica através da América Central e seu projeto de expansão do poder. Já no Caribe, o conceito de nação é problemático, visto como uma reprodução das estruturas coloniais de domina-

antiextrativistas, aqui e agora — Entrevista com Melissa Moreano (Equador)

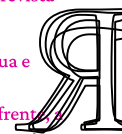
■ “O que nos dá mais força é estar na rua e mostrar que há esperança”: a luta de resistência entre a linha de frente, cozinha comunitária e as artes — Entrevista com Laura (Colômbia)

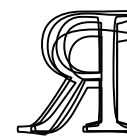
■ Nicarágua: um desafio para a esquerda e uma revolta silenciada — Entrevista com Gioconda

■ O novo que insiste em nascer: Peru e a democracia (im)possível — Entrevista com Anahí Durand

■ O massacre de Juliaca como espelho do Peru

■ O que acontece no Peru? — Lima, a neoliberal





ção que deram origem às nações modernas. Inicialmente a região nicaraguense Chibcha, ou mais conhecida como *la Moskitia*, não fazia parte da nova República da Nicarágua, sendo apenas a costa do Pacífico reconhecida como uma área geográfica independente.⁴ Através de negociações entre os Estados Unidos e a Inglaterra, os britânicos se retiraram da Moskitia e um tratado foi assinado para incorporar essa área ao Estado da Nicarágua. Independentemente dessa anexação, no final do século XIX, as formas culturais de organização da vida prevalecem em uma Nicarágua diversa.

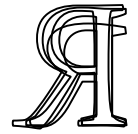
A conhecida ditadura da família Somoza, assim como a interferência de vários governos dos EUA na Nicarágua, provocou um movimento revolucionário que se espalhou pela América Latina como um exemplo de resistência na região. Entretanto, não é o único movimento revolucionário na Nicarágua, pois também houve fortes movimentos de resistência indígena, como o MISURA/KISAN (Unidade Indígena da Costa Caribe Nicaraguense), e negros⁵ para reivindicar direitos ancestrais à terra e para garantir a autonomia dos governos comunitários fora da lógica do Estado-nação.

Diferentes populações do Pacífico participaram de um movimento popular revolucionário em busca da soberania do país, da luta contra as enormes desigualdades e contra a divisão injusta da terra e dos recursos. Sem desmerecer a entrega de muitas pessoas à causa sandinista em áreas específicas da Nicarágua entre os anos 1960 e 1980, é importante destacar a base marxista para compreender a opressão não era aplicável às visões de mundo caribenhas e sua luta pela autonomia. Na tentativa de impor o projeto revolucionário de inspiração marxista, que preservou as bases da colonialidade através da manutenção do Estado, pode-se ver como foi feita uma tentativa de replicar a compreensão da opressão baseada no proletariado industrial europeu em um contexto completamente diferente desse cenário.

No início dos diálogos entre mundos diferentes, o sandinismo interpretou a luta ancestral em defesa do território dos povos da Moskitia como uma visão contrarrevolucionária que levou à perseguição de vários líderes desses povos.⁶ Isso provocou um sangrento conflito entre sandinistas e caribenhos(as), ao mesmo tempo em que houve outra luta com a contrarrevolução financiada pelo governo dos EUA nos anos 1980. Os motivos dos confrontos entre indígenas/afrodescendentes e sandinistas, e contra sandinistas, eram de natureza diferente, e sua associação leva a uma má interpretação dos conflitos estruturais entre as bases coloniais e as lógicas de sociedades não ocidentais.

Descrever a complexidade dos confrontos internos na Nicarágua é uma forma de reparação histórica na qual a resistência negra, indígena e afroindígena nicaraguense tem sido invisibilizada na história oficial. Da mesma forma, é importante destacar o papel de mulheres caribenhas tanto nos confrontos armados, lutando pela autonomia, quanto nas negocia-





ções de paz para pôr fim ao conflito entre sandinistas e o Caribe. Assim, nos anos 1980, foram criadas as Regiões Autônomas da Costa do Caribe da Nicarágua, onde o direito à autonomia e autodeterminação dos povos foi constitucionalmente reconhecido. Apesar da existência das leis 28 e 445 de autonomia do Caribe, o Estado continua assediando os governos e os territórios comunitários dessa outra Nicarágua.⁷

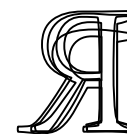


Mapa político da Nicarágua com Regiões Autônomas da Costa do Caribe. Fonte: INTUR.

O sandinismo é também um movimento diversificado que sofre fragmentações e divisões internas, enquanto uma luta revolucionária coletiva é personalizada na figura de um líder e sua família. Mais uma vez, o aparato estatal reproduz sua lógica de concentração do poder, independentemente da ideologia, gerando totalitarismo e a imposição da visão de mundo de um grupo poderoso que procura universalizar, dominar e aniquilar a diversidade nicaraguense. A insurreição de abril de 2018 no Pacífico da Nicarágua, que ocorre no terceiro período consecutivo do regime Ortega-Murillo, é um sinal do cansaço da sociedade civil nessa área do país onde diferentes estudantes universitários tomam as ruas para exigir uma série de direitos e denunciar injustiças.

A entrevista que acompanha este texto sobre a Nicarágua descreve diferentes formas de centralização do poder dentro da Frente Sandinista, bem como uma experiência proveniente do Pacífico da Nicarágua da rebelião de abril de 2018. Da mesma forma se descrevem os desafios enfrenta-





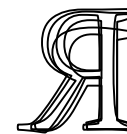
dos pela diáspora nicaraguense e pela população migrante no exterior para explicar a complexidade dos conflitos do país, e o desvio de uma revolução que hoje vive na memória de gerações, no contexto internacional, que interromperam seu contato com esse movimento a partir dos anos 1990. Essa ruptura dificulta a compreensão do presente e da crise política na Nicarágua, especialmente para setores progressistas e partidos políticos de esquerda, que hoje observam com surpresa e desconfiança as violações dos direitos humanos que estão ocorrendo na Nicarágua pelo que ainda consideram ser um governo revolucionário.

Como mencionado na entrevista, há uma falta de posicionamento crítico por parte de alguns partidos políticos de esquerda que se recusam a discutir as contradições internas em suas estruturas locais e regionais, tanto na reprodução da opressão, através da centralização do poder, quanto na preservação das bases coloniais e patriarcais que levam a uma falta de posicionamento político, por exemplo, diante da violência de gênero. Um caso emblemático desse silêncio por parte da esquerda latino-americana é o da acusação de violência sexual feita nos anos 1990 por Zoilamérica Narvaez Murillo⁸ contra seu padrasto e atual presidente da Nicarágua, Daniel Ortega. Seu contundente depoimento foi ignorado em muitos setores, o que pode ser interpretado como uma evidência da condição patriarcal da esquerda e progressismos latino-americanos.

De igual modo, não pertencendo aos países de interesse geopolítico internacional, como mencionado na entrevista, a Nicarágua pertence a um contingente de países periféricos que não geram reações em massa diante de genocídio, morte e graves violações dos direitos humanos. As reações internacionais às mortes injustificadas de pessoas em Ruanda, Nicarágua, El Salvador ou Timor Leste são mínimas ou quase inexistentes. A costa nicaraguense do Caribe representa, de forma ainda mais assustadora, a periferia da periferia, com populações que inicialmente têm que provar sua existência como povos indígenas e negros diante do mito, dentro e fora do país, de uma Nicarágua completamente mestiça.

A narrativa que Gioconda descreve dá conta das motivações iniciais dos grupos de estudantes que se levantaram em 2018, tanto sobre a reforma do INSS quanto sobre o incêndio catastrófico na Reserva Indio Maíz, no Caribe Sul da Nicarágua. Por outro lado, enquanto mostraram apoio e respeito pelas demandas das e dos estudantes e movimentos sociais do Pacífico, organizações caribenhas como YATAMA (Yapti Tasba Masraka Nanih Aslatakanka — em português significa “Filhos da Mãe Terra”) não aderem às demandas feitas nessa área da Nicarágua por causa do caráter diferente das lutas desses mundos.⁹ Houve uma aproximação da Aliança dos Povos Indígenas e Afrodescendentes da Nicarágua (APIAN) nas iniciativas de diálogo nacional com o governo que foram abertas inicialmente em 2018; entretanto, as diferenças estruturais entre o Pacífico e o Caribe permaneceram na tentativa de unificar as prioridades de mundos distintos.





Enquanto o Estado-nação ataca a juventude, mulheres, feminismos, comunidade LGBTQI+ e outros setores da sociedade civil nas cidades mais importantes do Pacífico, no Caribe Norte da Nicarágua estão ocorrendo massacres contra os povos indígenas Miskitus e Mayangna, vítimas da mineração, da extração de madeira e da invasão de colonos não indígenas do Pacífico. Nas regiões autônomas, denuncia-se a presença de governos paralelos aliados ao Estado, criados para vender ilegalmente terras comunitárias indígenas e afrodescendentes a fim de fortalecer o grande capital, colocando esses territórios a serviço do “desenvolvimento” e do extrativismo.¹⁰ É importante levar em conta a grande diversidade de demandas, às vezes opostas, entre diferentes grupos identitários, classes sociais e gêneros da Nicarágua, a fim de se ter uma noção da complexidade das diferentes reivindicações de direitos que existem tanto no país quanto em toda a região, e que põem em questão o Estado-nação moderno.

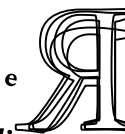
É importante mencionar que nas lutas que aconteceram na costa do Caribe contra várias imposições coloniais em sua cultura e território, o objetivo desses levantamentos não tem sido modificar a ordem e o sistema dos outros e das outras. No Caribe nicaraguense, não houve luta para dismantlar o Estado-nação do Pacífico, se essa é a forma como a sociedade se entende e organiza melhor nessa região do país. Os levantamentos surgem contra a imposição desse sistema em seus mundos e territórios, onde se exige respeito pela diferença. Dessa forma, entende-se que sua luta não nasce da imposição, mas do respeito ao direito de existir.

Falar do Caribe nicaraguense significa potencializar as demandas históricas dos povos que colocaram o racismo,¹¹ classicismo, patriarcado e o colonialismo interno como pautas para pensar na reprodução desses mecanismos de violência estrutural que prevalecem na região. Falar sobre a diversidade das lutas na Nicarágua e seus diferentes mundos é um convite a pensar na diferença como riqueza e não como fragmentação. Pensar nessa pluralidade, que contesta uma visão única do mundo claramente inexistente, significa gerar críticas construtivas para o desenvolvimento de movimentos plurais que se reinventam e contestam as velhas lógicas eurocêntricas que insistem em permanecer dentro de cada ser colonizado, em um mundo em crise. Mais uma vez, diferentes povos nicaraguenses estão sofrendo perseguição e violência por parte de uma ditadura, mas dentro desse cenário catastrófico há vislumbres de alianças e diálogos que aproximam esses mundos em algo que poderia se tornar a esperança de gerações que rompem com imposições coloniais, que se abram para a riqueza da diferença e lutem pela reparação histórica dos povos oprimidos sem usurpar o protagonismo de suas resistências ancestrais.



Entrevista

entrevista e edição: Fernanda Martins e
Fiammetta Bonfigli
tradutoras: Mariana Goulart e Marcelle de Oliveira



Olha, penso que a situação na Nicarágua representa um desafio muito grande para a esquerda, e esse é o assunto tabu que ninguém quer tocar. Quando nos disseram que algo pior poderia vir, isso sempre me chocou. Como alguém pode ser pior do que alguém que matou trezentas pessoas em três meses? Ou seja, esse é o nosso critério?

Gioconda é uma mulher nicaraguense e brasileira que faz parte do Comitê de Solidariedade com a Nicarágua no Brasil, agrupação que se ocupa de denunciar as massivas violações de direitos humanos e a situação repressiva no país governado por Daniel Ortega e sua família. Gioconda retomou contato com o país já em 2007 e trabalhou com participação social, com incidência política e direitos humanos.

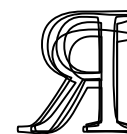
Gioconda nos coloca em contato com a Nicarágua, um território onde a situação política sob Daniel Ortega virou símbolo de massivas violações de direitos humanos e tema de debate político no exterior. Inclusive, nas eleições políticas brasileiras de 2022.

O ponto de vista de Gioconda é de quem, com a sua família, foi morar no Brasil nos anos 1990, apesar de manter relações importantes com a Nicarágua em termos de trabalho e ativismo, e que hoje atua ativamente na produção de denúncias contra o Estado. Gioconda nos narra como, ao longo dos anos, houve um processo de progressivo centramento de poder nas mãos de Daniel Ortega e sua esposa, esvaziando a estrutura de conselhos, comissões e ONGs que trabalhavam nos territórios.

Em 2018, eclodiram protestos a partir do incêndio de uma reserva natural e da reforma da previdência, mas Gioconda nos explica como esse cenário foi somente o estopim de uma sociedade que já estava em ebulição há muitos anos. O fato de o presidente Daniel Ortega representar, para alguns setores políticos, a continuação dos ideais da revolução sandinista, torna a Nicarágua um desafio para a esquerda na nossa Abya Yala: entre, por um lado, se solidarizar com o povo nicaraguense e denunciar as massivas violações de Direitos Humanos e a brutal repressão que vem sofrendo, e, por outro, sustentar a ideia de que esteja em curso um golpe da direita. O fato é que dentro dos protestos existem vários elementos da direita conservadora e isso constitui propriamente o ponto-chave nesse desafio, que se acentuou após as eleições de 2021, nas quais a oposição de fato foi impedida de concorrer, resultando no agravamento do número de pessoas presas ou desaparecidas.

A questão que nos move é pensar juntas quais horizontes são possíveis diante desse cenário.



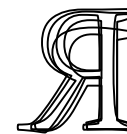


Trama Coletiva — Boa tarde, Gioconda, muito obrigada por estar aqui conosco. Bom, primeiro queríamos te perguntar, dado o contexto, qual é o papel das organizações, dos coletivos de nicaraguenses e nicaraguanas fora do país e, no contexto dessa organização que participam várias pessoas no Brasil, qual é o papel dessa organização, quais são os seus objetivos?

Gioconda — Penso que muitas coisas que vou dizer aqui já foram ditas antes no contexto de ser nicaraguense fora do país. Então, contextualizando um pouco, eu participo disso que chamamos Comitê de Solidariedade com a Nicarágua no Brasil, que é um grupo formado por nicaraguenses que vivem no Brasil e também por alguns brasileiros que conhecem um pouco mais a situação nicaraguense e se solidarizam, creio que mais ou menos assim tem surgido organizações também em diferentes países onde há nicaraguenses, embora também em alguns países onde historicamente há migração mais forte de nicaraguenses, como, por exemplo, a Costa Rica, a Espanha e os Estados Unidos. Mas realmente aqui é algo muito pequeno. Minha mãe migrou para cá porque se casou com um brasileiro em 1995. Nós viemos para cá, eu era pequena, e depois vieram outros familiares, o meu tio também vive aqui, e de certa forma somos o maior grupo no Brasil, a nossa família. Então, é muito doméstica nesse sentido. O Brasil não é um fluxo migratório muito forte para a Nicarágua. Desde 2018, quando eclodiram os protestos lá, entramos em contato com outros nicaraguenses que sabíamos que viviam no país. Há um sociólogo também que vive no Rio, outra que vive em São Paulo e assim vamos nos articulando via WhatsApp, e essas tecnologias nos aproximaram. Pouco a pouco fomos descobrindo outras pessoas, algumas delas não têm um posicionamento político ou uma articulação política muito forte em termos de sua prática cotidiana, mas, em geral, o que nos aproxima é a denúncia, o nosso objetivo é a denúncia da situação atual na Nicarágua que se configurou como uma ditadura e a possibilidade ou tentativa de chamar a atenção para essa situação em um país como o Brasil, onde se sabe muito pouco sobre a Nicarágua. Justamente a solidariedade que temos das pessoas brasileiras no grupo tem a ver com pessoas que nos anos 1980 tiveram relação com a Nicarágua por conta da Revolução Sandinista. Naquela época, havia iniciativas de solidariedade internacional, por exemplo, as brigadas de colheita de café que era o principal produto, enfim, coisas assim pontuais, e algumas dessas pessoas, inclusive, também viveram, se casaram, tiveram filhos na Nicarágua e logo voltaram para cá. Assim, termina sendo algo muito afetado por essa relação pessoal com o país, e, justamente, temos tido muita dificuldade em mobilizar pessoas que não têm esse conhecimento sobre a Nicarágua, por ser um país tão desconhecido nesse contexto. Em geral, o que fazemos é tratar de mobilizar a informação, porque sempre chegamos a um ponto limite de que não há para quem pedir algo.

Uma vez, fizemos um texto manifesto e alguém sugeriu colocá-lo na





plataforma “Change.org”. E, ao final, não há para quem pedir. Por que vamos fazer uma petição para Daniel Ortega, que é um ditador? Então, de certa maneira, nossa intenção é sensibilizar e mudar o discurso especialmente entre as pessoas de esquerda, entre os partidos de esquerda, e temos tido pouco êxito nisso. O único partido que ia dizer oficialmente que nos apoia, mas também não é verdade, porque são só algumas de suas correntes, é o PSOL. O MES tem sido mais solidário nesse sentido, e os outros partidos de esquerda têm, infelizmente, mantido o discurso de que há um golpe. Em suma, um discurso pró-Daniel Ortega.

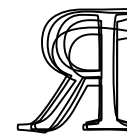
Embora saibamos que muitos conhecem as complicações do contexto, muitos não sabem porque não se interessam, porque não lhes parece relevante geopoliticamente, outros sabem, mas preferem manter essa posição, então temos feito um trabalho também de minar, de trazer informações contextualizadas que, no final das contas, é o contexto com o qual nos interessa principalmente dialogar.

T.C. — Sobre o que dizias, claro, lembrei também da nota pública do PT em apoio às eleições democráticas na Nicarágua que depois tiraram, eliminaram, que foi uma coisa bastante esclarecedora das dificuldades que pode haver nesse sentido. Também vimos no caso da Venezuela, embora haja algumas diferenças, como não conseguem sustentar esse discurso, certo? Já que é um discurso muito flexível e que depende dos interesses que estão envolvidos.

Resumindo, sabemos que, me parece que na primavera de 2018, eclodiram vários protestos, e já se passaram quatro anos, então, queríamos saber um pouco de onde esses protestos vêm, se vêm de reivindicações anteriores ou se é um momento de explosão, como surgem e quais são seus pontos centrais, os pontos principais do conflito político?

G. — Olha, do meu ponto de vista, acho que são análises que ainda precisam ser feitas, mas, apesar de morar no Brasil, já estudava a Nicarágua desde 2010, e desde 2007 retomei contato com o país, morei lá e trabalhei com organizações que trabalhavam com participação social, com incidência política e com direitos humanos também. Em 2007, foi quando Daniel Ortega foi eleito novamente, em 2006, e desde 2007 está no poder, e a partir desse momento muitas coisas que eclodiram agora em 2018 já se configuraram como modelo de política, como modelo de governo. Por exemplo, falando dessa questão que eu trabalho, tinha toda uma estrutura de conselhos e participação, como espaços de participação de diferentes segmentos políticos, saúde, educação e afins, toda uma estrutura que se organizou ao longo dos anos 2000 antes da entrada de Daniel Ortega. A Frente Sandinista pôs de novo, e essas estruturas de participação foram totalmente ignoradas desde 2007 e se construíram comissões e conselhos de participação paralelos em todos os níveis — nacional, municipal, regi-





onal —, então, só isso dá, por exemplo, um tema. Desde o início houve um desgaste e um movimento que sinalizava a centralização, a intenção de centralização do poder da Frente Sandinista, mas claro, há muitos outros elementos que seriam muitos amplos trazer aqui, mas podemos trazer marcos principais. Em 2011, por exemplo, teve a primeira reeleição de Daniel Ortega que era inconstitucional, e eles fizeram um controle da assembleia para legalizar e mais ou menos maquiar essa eleição. Houve um processo de minar a autonomia municipal. Por exemplo, deixa-se de ter eleições separadas. Antes eram em datas separadas, as eleições municipais e nacionais, e voltaram a ser juntas, o que representou muitos níveis de abusos. Abusos também em relação a ONGs, a organizações sociais, e também muita perseguição às feministas, ou seja, o aumento da tensão contra políticas sociais que usam o discurso da revolução.

A publicidade de políticas revolucionárias, mas que, de fato, eram muito assistencialistas, muito populistas, enfim, todas essas coisas foram se deteriorando ao longo dos anos. Se observamos somente o contexto de 2018 foi, por um lado, resultado de todo esse acúmulo e, por outro, foi uma surpresa também, porque não existiam mais organizações.

A oposição política também foi perseguida, muitos partidos perderam sua licença de existência, na parte da política institucional estava muito minada a possibilidade de mudança do poder político.

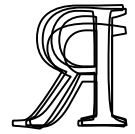
Em 2018, pontualmente, o que aconteceu foi um protesto relacionado ao incêndio da reserva natural *Índio Maíz*, no início de abril, e o outro protesto contra a reforma do INSS, da previdência social, em que lançaram um decreto para reformar o INSS e o tema já estava em debate, em tensão. Jovens e universitários abordaram a questão do INSS e se manifestaram, e nas manifestações de *Índio Maíz* também houve repressão.

Creio que é importante fazer um parêntese sobre o contexto dos direitos humanos. Durante a Revolução Sandinista, ocorreu toda uma reformulação da polícia, da instituição policial nicaraguense, então é diferente, por exemplo, de outros países. Eu vivi na Guatemala um tempo, e a polícia nunca foi uma instituição confiável, ninguém nunca confiou na polícia na Guatemala, porque foi sempre [conectada] à militarização. Diferentemente disso, na Nicarágua, a polícia foi construída com uma base um pouco mais comunitária e não houve, nos anos 2000 e 2010, um histórico tão presente de repressão policial; não era que não existia completamente, mas não era uma coisa tão naturalizada, digamos, como aqui no Brasil ou como em outros países da América Latina. Então, quando esses protestos eclodiram em 2018, mesmo não sendo protestos muito grandes. Houve uma repressão excessiva, uma violência que talvez em outros lugares passaria como mais natural, mas lá não estava em prática — e, que bom, não deveria passar como natural em nenhum lugar. [Esse fato] mobilizou mais gente, e parte dessa repressão também veio justamente de um movimento paralelo da Frente Sandinista, *Las Turbas*,¹² grupos não diretamente associados à polícia. A repressão, portanto, foi uma mistura



[de grupos paralelos] com a cumplicidade da polícia na repressão desses levantes.

No segundo e no terceiro dia de protestos ocorreram mortes. E isso foi aumentando os protestos. Houve ocupação nas universidades e houve gente que morreu com tiros de franco-atiradores, ou seja, um tipo de arma que não tem explicação. Isso gerou a desproporção e eclodiu tudo que já vinha acontecendo há muitos anos — até antes, eu diria —, porque surgiu todo um movimento, por exemplo, de pessoas que se autodenominavam “autogestionários” e “autoconvocados”; não convocados por alguma organização específica. Esse ponto realmente merece ser analisado com mais atenção quando possível, porque não foi possível até agora, depois de todo o desenvolvimento da história.

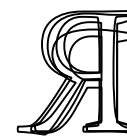


T.C. — Acho muito interessante porque me parece que, embora com as devidas diferenças, é semelhante ao que nos contava a companheira colombiana. E claro que é ainda mais interessante se pensarmos no contexto da Nicarágua onde supostamente não existe um governo de direita declarado, não autoritário declarado, mas sim um governo que se sustenta através de um discurso revolucionário para obviamente fazer o contrário, como se houvesse uma cristalização, uma consolidação de poder que se desenvolve dessa forma. Embora, claro, as denúncias de centralização, de autoritarismo, mesmo a própria palavra ditadura já fosse utilizada há muitos anos por organizações de direitos humanos e de promoção da democracia, ou seja, o discurso da atual Frente Sandinista, de Danielismo — porque também há isso —, tudo isso quando vamos explicar nas nossas atividades aqui no Brasil é um desafio, poder entender como foi feito todo esse enredo que conduziu a essa situação. Temos de voltar aos anos 1990 e à deterioração da Frente Sandinista, a centralização no poder de Daniel Ortega, na tomada familiar do poder político e econômico dessa família. O tema da oposição com as feministas também tem muito a ver com a denúncia de abuso que a enteada, filha de Rosario Murillo, fez contra Daniel Ortega em 1997, o que faz, desde então, que venha ocorrendo todas essas denúncias. Nada disso é novo, o que é novo é ver a que ponto conseguiram chegar depois das manifestações e o número de mortes. Como se diz em português: tem de se encarar.

T.C. — Já mencionaste vários elementos. Muito brevemente, que tipo de composição têm estas marchas, universitários, trabalhadores, feministas, ecologistas. Como mencionaste a questão da reserva ambiental, queremos saber um pouco sobre a composição.

G. — Existe um pouco de tudo, e também há momentos. Os primeiros





protestos foram universitários principalmente. Essa tomada das universidades não previamente organizadas, ou seja, que não foram [realizadas por] uniões de universitários já organizadas — porque justamente o movimento estudantil também foi por anos capturados pelas estruturas da Frente Sandinista —, foi parte da surpresa, pois os universitários se mobilizaram tanto sem uma organização prévia.

Depois, entraram grupos de camponeses. Existem obviamente grupos vinculados ao tema agrário e rural, mas existia uma organização um pouco mais forte, esse é outro fator anterior, que era a coisa do canal, da possibilidade de haver um canal interoceânico. Desde 2014, organizava-se uma resistência a esse canal interoceânico que atravessaria a região sul do país, e bem, as organizações feministas envolveram-se e têm sido uma parte muito organizada e mobilizada da sociedade civil na Nicarágua, mas eu acredito que o que mais surpreendeu foi justamente ser um movimento popular muito espontâneo e que, de novo, vou te dizer, há uma parte que ainda precisa de ser analisada retrospectivamente. Não conheço alguém que tenha conseguido realizar um mapeamento tão detalhado.

Nos meses de abril e maio, em muitas cidades e vilas, as pessoas se levantaram em barricadas. Existe uma organização muito local, por isso [o contexto] vai variar muito. Em cada localidade existe uma resistência “Anti-Frente Sandinista” e, aí é verdade, que se mistura com pessoas que, por exemplo, sempre foram “Contra”,¹³ especialmente nas regiões que foram mais afetadas pela guerra, [onde] o “Contra” tinha mais força — sim, existe isso também.

Há em um momento, por exemplo, uma marcha muito grande chamada pela Igreja Católica, ou seja, uma parte importante da Igreja Católica se posiciona contra Daniel Ortega.

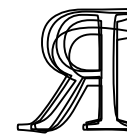
Essas coisas também contribuíram para dar um nó na cabeça de quem busca apenas uma única explicação. Acredito que é um momento em que todas as correntes que estão insatisfeitas de alguma maneira com esse regime se manifestaram. A questão é que segue havendo mortes. O 30 de maio é o Dia das Mães na Nicarágua, houve um enorme protesto em nome das mães que haviam perdido seus filhos, e nesse protesto milhares de pessoas também morreram por franco-atiradores no meio do protesto. Isso foi muito impactante e fez com que em junho, julho, houvesse um retrocesso porque as pessoas obviamente estavam com medo de ir às ruas.

Tem muita coisa que sucedeu paralelamente e ao mesmo tempo.

Tem um bairro em Masaya — que é uma cidade perto de Manágua — que se chama Monimbo, é um bairro muito marcado pela luta sandinista nos anos 1970 e 1980, e Monimbo se levantou também. Fizeram barricadas. É bem interessante ver que a tecnologia social das barricadas voltou, de tirar o paralelepípedo da rua, fazer barricadas e tomar, que foi um recurso utilizado nos anos 1970 para derrubar Somoza.

É muito misturado e, de lá pra cá, para resumir, desde agosto de 2018, julho, houve uma tentativa de diálogo, também por esse medo dos protes-





tos, e, assim, se observa mais a presença de algo que podemos chamar mais claramente de *direita*.

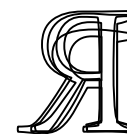
Quando as pessoas daqui da esquerda dizem “não, porque não queremos apoiar o retrocesso” ou que “a ala da direita se apropria da política da Nicarágua” está certo. Está certo que existem setores muito conservadores que também ganharam espaço nesse processo e, se abrir um espaço democrático, não vai necessariamente ganhar uma esquerda, porque aqueles que falam em nome da esquerda fazem o que fazem. Em suma, é muito difícil de mapear, especialmente sem estar lá, porque estando longe é muito difícil. Fazendo uma retrospectiva desses quatro anos, trabalhei num projeto que tinha cerca de 100 projetos, foi um grande financiamento, todas as organizações com quem trabalhei estavam fechadas, todas as ONGs, todas, estou falando de dezenas, todas as redes e ONGs. Ou seja, ONG é uma coisa em extinção. Universidades foram fechadas. É muito difícil saber o que sobrou, o que existe agora no tecido social, da sociedade civil da Nicarágua. A maior parte das pessoas está exilada, quase todas as pessoas que eu conheço estão exiladas e essas pessoas seguem tentando de fora.

T.C. — Então, como é o momento agora e, na sua opinião, quais são as perspectivas futuras, o que poderia acontecer? Daniel Ortega acaba de ser reeleito; há denúncias de fraude. A sociedade está seguindo um caminho mais institucionalizado desde o conflito, ou acredita que possam eclodir levantes novamente de outras formas? Como vê esse momento de aniquilação?

G. — Como a expressão está em moda aqui no Brasil: é a “pergunta de milhões”. Olha, como disse antes, após a perspectiva de abertura de diálogo institucional em 2018, em 2019, a tentativa foi feita. A efervescência política popular não conseguiu derrubar o regime nesse molde, e nessa altura a oposição foi organizada para as eleições de 2021. Depois disso, todos esses acordos foram muito difíceis. As eleições foram em novembro, em junho prenderam todos os sete pré-candidatos e também todos os líderes políticos, até contadores de algumas organizações.

Refiro-me não só aos rostos políticos, mas também a alguns burocratas. Agora há cerca de 150, 140 prisioneiros políticos, entre eles líderes muito importantes. Por conta disso, muitas pessoas fugiram, então, realmente, institucionalmente, não há um caminho possível disponível; não estão fazendo e não tentam fingir que poderiam. Parte das acusações contra essas pessoas, que também foram, diga-se, presas de uma maneira totalmente ilegal, sem direito à advogado, sem direito à visita familiar, e há denúncias por tortura psicológica e maus tratos, alguns deles estavam justamente indo no caminho de pedir sanções, porque a economia nicaraguense está muito próxima e ligada aos Estados Unidos. A proposta política econômica da Frente Sandinista durante os últimos quinze anos — perdi a noção





de quanto tempo —, dezoito anos, tem sido muito neoliberal e muito próxima dos Estados Unidos, então eles acumularam muito dinheiro. As sanções pedidas não são contra o país, como as sanções clássicas contra Cuba, por exemplo, mas contra essas pessoas, e há muitas sanções contra os principais líderes políticos dentro da Frente Sandinista, por isso digo isso em termos de perspectiva.

Com outras palavras, a perspectiva é que Ortega morra, e se ele morrer imaginamos que também estão organizando algo para que aqueles que lá estão no poder possam continuar.

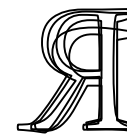
Por vezes há deserções, há pessoas que desertam dos seus postos e denunciam. Recentemente, o embaixador na OEA fez uma denúncia ao vivo, estiveram numa sessão da OEA e ele disse: “Não posso continuar nisso porque o lugar de onde venho é uma ditadura e tenho medo de dizer isso...”; ou seja, obviamente já não é o embaixador na OEA. Não sei para onde isso vai e não conheço ninguém que me tenha dado uma ideia para me assegurar, mas, por essa mesma razão, a tentativa daqueles de nós que estão de fora é de continuar minando a sua legitimidade, mesmo sabendo que não vai ocorrer uma intervenção. Quando dizemos “de fora”, “não porque temos de defender a autonomia, a soberania do povo” etc. — o povo não tem espaço de soberania para começar —, mas quando dizemos minar e denunciar é para não sermos coniventes, porque a conivência dos partidos de esquerda, acima de tudo, de figuras políticas de outros lados, protegem e dão legitimidade para continuarem a fazer o que estão a fazer. Sabemos que institucionalmente “de fora” não há muito que possamos fazer, mas denunciá-los é pelo menos a forma que encontramos para ver se algo acontece. Tudo isso para dizer que não sei o que vamos fazer, vamos continuar falando, denunciando.

T.C. — Bom, antes de mais nada, obrigada. Parece-nos que fizeste um panorama muito bom, sobretudo para uma pessoa que está fora. Existem momentos em que, justamente por estar fora, existe outro tipo de conexão e também outro tipo de clareza em analisar os processos, outro tipo de ligação.

G. — Queria fazer um comentário sobre algo que imagino que também possa aparecer na Colômbia ou o que quer que seja. A aposta da oposição na Nicarágua tem estado muito empenhada na resistência civil pacífica. Foi dada muita ênfase ao momento em que houve a maior repressão e mesmo assim os protestos continuaram pacíficos.

Compreendo que isso tem muito a ver com a guerra recente, a guerra dos anos 1980 é recente e há uma memória de guerra, de não apostar nesse caminho, por isso quando perguntam qual é o caminho, a resistência, deixa uma ideia de que seria possível enfrentar a ditadura de uma forma armada, por exemplo. Creio que isso não acontece e não vai acontecer por causa disso, e, ao mesmo tempo, porque aqueles que mobilizam mais re-





cursos literalmente de armas e também de treino, ou seja, estão muito bem treinados, esses que estão no poder foram treinados pela guerra, então eu acho que existe uma percepção de que não é possível enfrentar esse poder dessa maneira. Muitas das pessoas que estão na prisão tinham ligações com o exército e com a guerra, também têm o mesmo treino e mesmo assim seguiram o caminho pacífico. O que me ocorre é procurar um contato com a associação de mães de pessoas que foram mortas nesse contexto. Porque não sei se já viram a AMA (Associação de Mães de Abril) que é o museu da memória, tem vídeos muito bonitos, falando sobre as mortes e assim por diante.

T.C. — As questões das mães são muito interessantes para nós porque o que vemos sempre é um grande ativismo dos membros da família em geral em vários contextos, com especial dedicação das mães.

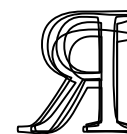
G. — Em 2018, havia uma caravana, três pessoas vieram fazer a denúncia, viajaram por diferentes partes da América Latina. Nessa época, a articulação dos movimentos sociais era mais ativa. Havia uma pessoa que vinha de um movimento contra a mineração que também é uma questão forte, havia um membro da família e um estudante. Um membro da família de uma pessoa que foi assassinada em 2018, esse rapaz está hoje na prisão, o irmão da pessoa assassinada. Os outros dois [integrante do movimento contra a mineração e estudante] estão exilados. Em agosto de 2018, vieram para cá, estiveram no Chile, Argentina, Peru e aqui, penso que foi isso. Era uma aposta, na Europa havia também outras pessoas que iam no mesmo formato.

T.C. — Sim, aquela coisa das caravanas de denúncias como técnica geralmente utilizada também no México, em Ayotzinapa.

G. — Sim, bem, aqui no Brasil não foi muito eficaz, foi o que conseguimos fazer e também fez parte do que nos juntou melhor.

T.C. — O que acho interessante é que esses vários contextos que nós entrevistamos tinham uma brutal repressão, revoltas recentes e repressão brutal, mas a diferença, por exemplo, se olharmos para ela a partir do Brasil, a diferença é que no Chile, no Equador, na Colômbia, claramente todo o setor progressista — se quisermos chamar assim, ou esquerdista no sentido mais lato do termo —, está todo em denúncia e oposição, ninguém falava “Duque na Colômbia é ruim, mas poderia ter alguém pior.” O fato de haver elementos de direita na Nicarágua, ou discurso propriamente de direita, deixa clara para mim a diferença entre os tipos de reação.





G. — Olha, penso que a situação na Nicarágua representa um desafio muito grande para a esquerda, e esse é o assunto tabu que ninguém quer tocar. Quando nos disseram que algo pior poderia vir, sempre me chocou. Como alguém é pior do que alguém que matou trezentas pessoas em três meses? Ou seja, esse é o nosso critério? Mas de todos os modos, a Revolução Sandinista foi historicamente importante para o imaginário da esquerda. Por um lado, a polarização e, por outro, a dificuldade por conta do crescimento da direita, que foi o que nos aconteceu quando o artigo do PT¹⁴ saiu, e a campanha Moro tirou partido disso.

Nós não temos qualquer interesse em nos associarmos à campanha Moro, mas se são os únicos que vão fazer eco da denúncia, ficamos sem saber como nos posicionar.

Perdemos a possibilidade de denunciar Ortega, que não tem sido um representante da Revolução Sandinista há muito tempo, mas aí entra também, falei em algum momento, a insignificância política da Nicarágua. Se vamos chegar a pontos, a pormenores, por exemplo, se eu chegar à questão do projeto de construção do canal, posso encontrar muitas semelhanças com Belo Monte e por isso não vamos querer falar sobre isso; se eu colocar a questão da reforma do INSS como um problema, vamos chegar a coisas semelhantes aqui, por isso também não queremos falar sobre isso; se eu chegar a questões como a lei antiterrorista, também não queremos falar sobre isso. Por essas razões, penso que há um ponto [central], a Nicarágua traz de uma forma muito evidente e caricatural das limitações das apostas da esquerda, e, por último, uma diferença em relação aos outros países que mencionou e como é lido pelo Brasil. Sei que o Brasil está num processo de grande deterioração institucional, mas vocês não têm noção do que é deterioração institucional de um lugar em que não há autonomia entre os poderes; que não tem faz muitos anos.

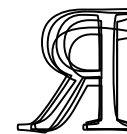
É uma dificuldade imaginar o nível de diferença: não há judiciário, não há poder eleitoral, tem que reconstruir tudo. Se houvesse um sistema judicial, as prisões como foram feitas, aqui fazem teatro por menos, sei que não melhora a situação dos direitos humanos, mas aqui fazem o teatro, lá sequer fazem.

Há muitos debates aqui colocados como modelos de Estado, mas seria bom poder falar das arbitrariedades e da violência.

A única vez que fizeram uma entrevista com maior projeção, a minha mãe e eu falamos com a Socialista Morena, e foi no mesmo programa que Eliane Brum falou depois — e às vezes me incomoda muito quando falo da situação na Nicarágua aqui e as pessoas dizem “oh, sim, aqui estamos no mesmo caminho”. E me incomoda muito porque são caminhos que podem ter coisas em comum, mas são muito diferentes e estão em pontos muito diferentes. Mas depois continuei a ouvir Eliane Brum nesse dia, e as únicas pessoas que aceito que me digam que há coisas semelhantes são as pessoas do norte do Brasil que trabalham com o ambientalismo, com causas indígenas e assim por diante, talvez lá possamos encontrar coisas se-



melhantes em termos de decomposição institucional, violência, perseguição, assassinatos, tudo isso.



T.C. — Bem, eu estava pensando que quando tive de entrevistar uma pessoa da Nicarágua há muitos anos para o meu doutoramento em Madri sobre as mulheres que constituem o coletivo do território doméstico, que são mulheres do lar, que trabalham como enfermeiras nas casas dos outros, limpando nas casas dos outros, nesse caso uma mulher me disse que trabalhava como enfermeira para um membro reformado do partido comunista espanhol. Ela tinha sido do exército sandinista e eu ingenuamente perguntei, como que com uma experiência tão forte ela estava lá fazendo um trabalho que talvez não lhe agradasse, e ela me disse: “é que esta experiência não tem nada a ver agora com a minha vida quotidiana em Manágua”, portanto, esse primeiro momento foi muito importante para eu compreender que muitas vezes temos um certo grau de “ah, bem, tudo é ruim, então não falamos de nada”, porque se tudo é ruim, não podemos especificar qualquer situação, ou temos uma abordagem muito “ingênua” das coisas, e, por vezes, perdemos a característica da crueldade, da completa deterioração, da pobreza, de quão pobre é cada aspecto da vida social do país.

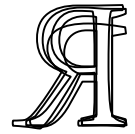
G. — Claro que não é uma competição de quem está pior, é mais a complexidade de conseguir ver as especificidades de cada lugar, como cada lugar chegou onde chegou e como sair. O que quer que aconteça na Nicarágua será um processo muito longo de memória e cura, foi por isso que deixei a sociologia e fui trabalhar como terapeuta, porque em algum momento vamos precisar curar, e é um discurso que está muito presente. Já tínhamos muito a curar antes desse episódio, já tínhamos algumas guerras nas nossas costas, por isso é mais importante ver as especificidades dos conflitos em cada lugar para abrir espaços, para talvez encontrar soluções. Mas estou muito feliz por terem querido incluir a Nicarágua.



Levantes na América Latina

- **Apresentação**
- **Como se sustenta uma revolta? — Entrevista com Javiera Manzi (Chile)**
- **Entrelaçar lutas: feministas, indígenas, antiextrativistas, aqui e agora — Entrevista com Melissa Moreano (Equador)**





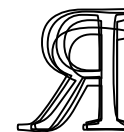
- “O que nos dá mais força é estar na rua e mostrar que há esperança”: a luta de resistência entre a linha de frente, a cozinha comunitária e as artes — Entrevista com Laura (Colômbia)
- Nicarágua: um desafio para a esquerda e uma revolta silenciada — Entrevista com Gioconda
- O novo que insiste em nascer: Peru e a democracia (im)possível — Entrevista com Anahí Durand
- O massacre de Juliaca como espelho do Peru
- O que acontece no Peru? — Lima, a neoliberal



Notas

1. Mulher migrante nicaraguense. Pesquisadora, ativista e feminista contracolonial. Linhas de pesquisa vinculadas a Arquitetura e Urbanismo baseada em temas sobre mulher e cidade, pobreza urbana, segregação socioespacial, decolonialidade e relações espaciais indígenas no contexto da floresta. Membro do coletivo de mulheres da Revista Amazonas, Revelar.si e O Istmo. [↗](#)
2. Kinloch, F. *Historia de Nicaragua*. 5a. ed. Managua: IHNCA-UCA, 2016. [↗](#)
3. Martinez E. A. “Nicarágua: Contexto e governança fundiária”. *Land Portal Foundation*. 2021. Disponível em: <https://landportal.org/pt/book/narratives/2021/nicaragua> [↗](#)
4. Kinloch, F. *El imaginario del canal y la nación cosmopolita*. Nicaragua: Siglo XIX. IHCA-UCA, 2015. [↗](#)
5. Salomon, L. “35 anos após o estabelecimento do regime de autonomia regional da Nicarágua”. *Land Portal Foundation*. 2022. Disponível em: <https://landportal.org/pt/blog-post/2022/11/35-anos-após-o-estabelecimento-do-regime-de-autonomia-regional-da-nicaragua>
Miller, D.; Guillén, P (2020). “Autonomía de las regiones de la Costa Caribe de Nicaragua (1987-2019)”, Em: Aportes para una Nicaragua democrática / Alberto Cortés Ramos (ed. lit.), Umanzor López Baltodano (ed. lit.), Ludwing Moncada Bellorin (ed. lit.) [↗](#)
6. Kinloch, F. *Historia de Nicaragua*, op. cit. [↗](#)
7. APIAN. “O Estado-nação nicaraguense: Imposição de governos paralelos e desrespeito à autonomia dos povos da costa do Caribe”. *Revista Amazonas*. 2022. Disponível em: <https://www.revistaamazonas.com/2022/04/15/el-estado-nacion-de-nicaragua-imposicion-de-gobiernos-paralelos-e-irrespeto-a-la-autonomia-de-los-pueblos-de-la-costa-caribe/> [↗](#)
8. “Depoimento de Zoilamérica Narváez contra su padrastro Daniel Ortega”. Disponível em: <https://www.latinamericanstudies.org/nicaragua/zoilamerica-testimonio.htm> [↗](#)
9. Hobson, L. “Yatama Vindicated by Nicaraguan Protests. Cultural Survival”. Disponível em: <https://www.culturalsurvival.org/news/yatama-vindicated-nicaraguan-protests> [↗](#)
10. Oakland Institute. “Nicaragua: Una Revolución Fallida: La Lucha Indígena Por El Saneamiento”. 2020. Disponível em: <https://www.oaklandinstitute.org/nicaragua-revolucion-fallida-lucha-indigena-saneamiento> [↗](#)





11. Hora Cero. “Racismo en Nicaragua: Entrevista con Dolene Miller”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BPAh3MR1yKM>
“Informe sobre Racismo sistémico y la brutalidad policial contra personas africanas y afrodescendientes; y sobre la represión de protestas pacíficas contra el racismo. Caso Nicaragua”. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Racism/RES_43_1/NGOsAndOthers/oman-apian.pdf
12. Grupos armados pró-Daniel Ortega. Segundo a entrevistada, na primavera de 2008, no contexto das manifestações contra as reformas do governo nicaraguense, este grupo participou da repressão juntamente com a polícia.
13. “Contra” (de “contrarrevolucionários”) é a denominação genérica dada a vários grupos armados que combateram o governo da Frente Sandinista (FSLN), que assumiu o poder na Nicarágua, desde a vitória da revolução sandinista e o fim da ditadura de Somoza, em julho de 1979. O financiamento do Governo de Estados Unidos e da CIA a esses grupos contrarrevolucionários foi também objeto da sentença da Corte Internacional de Justiça (27 de junho 1986) em que fica provada a dependência parcial. A entrevistada cita a influência dessa herança política na atualidade na conjuntura do governo de Daniel Ortega e sua incidência em regiões que foram afetadas pelas guerras e manifestações.
14. Nota emitida pelo Partido dos Trabalhadores referente à reeleição de Daniel Ortega em 2021. Disponível em <https://pt.org.br/gleisi-esclarece-posicao-do-pt-sobre-eleicao-na-nicaragua/>

* * *

Publicado no *hors-série* do volume 7 da Revista Rosa em 16/05/2023.
Revista Rosa, S.Paulo/SP, Brasil, <https://revistarosa.com>, ISSN 2764-1333.

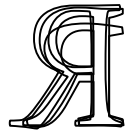
PRÓXIMO

Fernanda Martins O novo que insiste em nascer: Peru e a
democracia (im)possível
— Entrevista com Anahí Durand



ANTERIOR

**Fernanda Martins,
Fiammetta Bonfigli e
Nicole Velasco Cano** “O que nos dá mais força é estar na rua e
mostrar que há esperança”:
a luta de resistência entre a linha de frente, a
cozinha comunitária e as artes
— Entrevista com Laura (Colômbia)



índice

números anteriores

normas para publicação

contato

